

# O Zimbábue no século XXI: a utilização do aparelho estatal como ferramenta de manutenção do poder

*Felipe Rocha de Carvalho\**

**RESUMO:** O presente artigo propõe analisar as principais características do governo zimbabuano no século XXI e como o aparelho estatal tem sido utilizado para a manutenção do poder. Em conjunto com seu partido, o presidente Robert Mugabe tem se portado de mecanismos próprios do Estado para prolongar o regime vigente desde 1980. O enfoque deste artigo está no período entre 2008, quando foi assinado o *Power Sharing Agreement*, e 2014, quando houve a demissão de alguns funcionários de alto escalão do governo. Após a análise baseada em fatos históricos e notícias mais recentes sobre a conjuntura do país, conclui-se que a sobrevivência do regime está relacionada, principalmente, à próxima relação entre o presidente e o partido e ao imaginário social da luta pela independência.

**PALAVRAS-CHAVE:** Zimbábue, Regime, Robert Mugabe, Aparelho estatal.

## 1 Introdução

Em 1965, o então primeiro-ministro da Rodésia – como era chamado o Zimbábue no período colonial –, Ian Douglas Smith, declarou unilateralmente a independência do país, instituindo um regime de dominação da minoria branca

---

\* Graduando do curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa. E-mail: feliperochacarvalho@gmail.com

sobre a vasta maioria negra da população<sup>1</sup> (WATTS, 2012). Foi apenas nas eleições de 1980<sup>2</sup> que foi instituído um Estado democrático de caráter multirracial. De acordo com Nhema (2002), as eleições de 1980 representaram o surgimento de uma estrutura democrática constitucional no Zimbábue. Neste contexto, o Estado recém-independente se tornou um símbolo de resistência contra o domínio europeu e contra os regimes racistas da África Austral, passando a ser centrado na figura de um dos principais líderes do movimento de libertação, Robert Mugabe, bem como em seu partido, a União Nacional Africana do Zimbábue - Frente Patriótica (ZANU-PF)<sup>3</sup>. Dentre os principais valores defendidos pelo governo, estavam o nacionalismo, o anticolonialismo, o não alinhamento e, principalmente, a defesa da soberania e igualdade entre nações (MINILLO, 2013).

Em se tratando do período da Guerra Fria (1945-1989) e de um cenário de rígida bipolaridade, os primeiros anos após a independência do Zimbábue foram de considerável prestígio e reconhecimento por parte dos demais países, tendo em vista uma maior valorização do conceito de soberania estatal do que das características dos regimes que os governantes implementavam internamente. Neste sentido, diversos países do bloco capitalista estabeleceram alianças com regimes não democráticos que se propuseram a conter a propagação dos ideais socialistas, da mesma forma que países socialistas buscavam aliados independentemente de seu viés socioeconômico.

Todavia o fim da Guerra Fria representou uma mudança expressiva na visão da comunidade internacional em relação ao Zimbábue, em especial por parte dos países ocidentais. Conforme afirma Minillo (2013), valores como democracia e direitos humanos passaram a ser mais amplamente defendidos por países como Estados Unidos e Reino Unido, além de organizações internacionais, reduzindo as possibilidades da manutenção de regimes não alinhados ou sem interferência externa. Somado a isto está o fim do regime do *Apartheid* na África do Sul, em 1994, que alterou a configuração de poder no âmbito regional e colocou o país vizinho, sob a figura de Nelson Mandela, em uma posição de maior destaque.

Outro ponto a ser mencionado é que, ao longo de seus quase 35 anos de governo, Robert Mugabe tem utilizado o sistema eleitoral nacional para auxiliar o prolongamento de seus mandatos. Nas eleições de 2002, por exemplo, foram criados os chamados “centros de reeducação” ao redor do país, os quais eram destinados a cidadãos que apoiavam o partido de oposição, o Movimento para Mudança

<sup>1</sup> A declaração feita por Ian Smith em 11 de novembro de 1965 foi baseada na Declaração de Independência dos Estados Unidos da América. Dentre outros pontos, o primeiro-ministro argumentou que a Rodésia desfrutava de um governo autônomo desde 1923, além de contar com o apoio da população para a independência frente ao Reino Unido (WATTS, 2012).

<sup>2</sup> As eleições realizadas em fevereiro de 1980 foram possibilitadas pelo Acordo de Lancaster House, de dezembro de 1979, o qual previa a supervisão das eleições por parte do Reino Unido e estabelecia que os partidos rivais utilizassem apenas de meios políticos para chegar ao poder (Lancaster House Agreement, 1979).

<sup>3</sup> Em inglês, *Zimbabwe African National Union – Patriotic Front*.

Democrática. Houve diversas alegações de desaparecimentos de indivíduos que eram levados a tais centros (HAFNER-BURTON; HYDE; JABLONSKI, 2010).

Tendo sido expostas suas fragilidades internas, o governo do Zimbábue precisou recorrer a diferentes medidas que, ao mesmo tempo, garantissem a legitimidade do regime vigente e fornecessem alternativas às sanções impostas pelo Ocidente. Desse modo, o presente artigo propõe discutir de que forma o Presidente Robert Mugabe utilizou o aparelho estatal zimbabuano como uma ferramenta de manutenção do poder e prolongamento do regime. Será dado enfoque ao período entre setembro de 2008, quando foi assinado o *Power Sharing Agreement* [Acordo de Partilha de Poder, tradução minha] entre os dois principais partidos do país, e dezembro de 2014, quando foi anunciada a demissão da então Vice-Presidente Joice Mujuru, assim como de mais sete ministros do governo.

## **2 As eleições de 2008 e o *Power Sharing Agreement***

Em setembro de 2008, foi firmado um acordo de partilha de poder entre o ZANU-PF, partido de Mugabe, e o Movimento para Mudança Democrática (MDC)<sup>4</sup>, principal partido de oposição, o qual era liderado por Morgan Tsvangirai. Conhecido como *Power Sharing Agreement*, o acordo visava ao início de esforços conjuntos para o estabelecimento de um governo menos centralizado.

O MDC foi estabelecido em 1999 em uma tentativa de opor tanto o presidente Robert Mugabe quanto o ZANU-PF, os quais lideravam o país desde sua independência (MOYO, 2013). De modo geral, o novo partido era composto por uma união de diversos grupos da sociedade civil. Nas eleições legislativas do ano de 2000, o MDC obteve 57 assentos no parlamento, contra 62 parlamentares eleitos do ZANU-PF (INTERNATIONAL CRISIS GROUP, 2000). Embora não tenha conseguido a maioria dos assentos, tal resultado representou um aumento expressivo da presença da oposição no Congresso. Nas eleições presidenciais de 2002, apesar de acusações contra o ZANU-PF de manipulação dos resultados<sup>5</sup>, o candidato da oposição, Morgan Tsvangirai, obteve 42% dos votos, segundo dados do EISA<sup>6</sup> [Instituto Eleitoral para a Democracia Sustentável na África, tradução minha] (2002).

De parte do ZANU-PF, o MDC era tido como um próximo aliado dos países ocidentais, em especial do Reino Unido. Como afirma Minillo (2013), quando seu governo era criticado, Mugabe afirmava que tudo se tratava de uma conspiração do Ocidente contra ele, sendo o MDC responsável pela propagação de tais ideias dentro do Zimbábue. O presidente também declarou que as grandes potências

<sup>4</sup> Em inglês, *Movement for Democratic Change*.

<sup>5</sup> Dorman (2004) afirma que, durante as eleições presidenciais de 2002, houve diversas denúncias quanto à organização dos locais de votação, bem como ao processo de registro dos eleitores. Tais pontos também foram destacados por observadores internacionais.

<sup>6</sup> Em inglês, *Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa*.

estariam satisfeitas com o declínio econômico de seu país, pois, desta forma, seria mais fácil promover uma mudança de regime e estabelecer permanentemente um partido aliado no poder. Além disto, o MDC também contava com um grande apoio por parte dos fazendeiros brancos do país, os quais eram constantes alvos das políticas de reforma agrária racial<sup>7</sup> implementadas por Mugabe.

Para que o pacto de 2008 seja compreendido, é necessário que seja descrito o contexto em questão. No ano anterior, uma repressão policial ao grupo *Save Zimbabwe Campaign* [Campanha Salve o Zimbábue, tradução minha], formado por um conjunto de igrejas e outros grupos civis, culminou em uma grande mobilização internacional acerca da conjuntura interna do Zimbábue. Durante o ocorrido, diversos líderes da oposição que estavam presentes, incluindo Tsvangirai, foram agredidos e hospitalizados (MASUNUNGURE, 2009). As manifestações internacionais não partiram somente da União Europeia e dos Estados Unidos, mas também por parte da Comissão Africana de Direitos Humanos.

Em razão de tais acontecimentos, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC)<sup>8</sup> convocou uma reunião extraordinária em março de 2007, na qual o presidente sul-africano Thabo Mbeki desempenhou o papel de facilitar o diálogo entre a liderança do ZANU-PF e os membros do MDC. Inicialmente, houve maior relutância do partido do governo, porém algumas reformas foram acordadas em dezembro de 2007. Dentre elas, podem ser destacadas a permissão para a realização de protestos políticos sem ameaça policial e a garantia de equilíbrio de cobertura na mídia nas campanhas eleitorais (MUZONDIDYA, 2009).

Entretanto, antes mesmo de ser concluído o processo de negociação, o Presidente Robert Mugabe declarou unilateralmente a realização de novas eleições presidenciais para março de 2008. Embora o candidato do MDC, Morgan Tsvangirai, tenha obtido a maior parte dos votos no primeiro turno – 47,9% contra 43,2 de Mugabe –, uma violenta reação por parte do ZANU-PF contra os membros do partido opositor e cidadãos simpatizantes culminou na saída de Tsvangirai da disputa presidencial, o que resultou na vitória de Mugabe em junho do mesmo ano (PLOCH, 2008).

Historicamente, o modo com que os Estados africanos lidam com as crises de seus países vizinhos se difere substancialmente da visão ocidental. Ao invés de pressionar o ZANU-PF em relação ao estabelecimento de um acordo com o MDC, a África do Sul desempenhou apenas o papel de mediador no processo. Deste modo, não foi imposta nenhuma sanção econômica por parte do governo sul-africano ao Zimbábue. Este aspecto também pode ser exemplificado na ocasião da expulsão do

---

<sup>7</sup> A chamada “reforma agrária racial” foi uma das iniciativas mais controversas do presidente Robert Mugabe. Apesar do objetivo inicial de redistribuição das terras para a maioria da população negra, o programa de reforma gerou um movimento de expulsão violenta de fazendeiros brancos de suas terras, principalmente por parte da Associação de Veteranos de Guerra, o que culminou em uma série de denúncias de violação aos direitos humanos (HUMAN RIGHTS WATCH, 2002).

<sup>8</sup> Em inglês, *Southern African Development Community*.

Zimbábue da *Commonwealth* em 2002, quando África do Sul e Nigéria criticaram veementemente as justificativas utilizadas pelos países ocidentais (MINILLO, 2013).

Todavia, por meio da utilização de métodos coercitivos, os quais derivam do período de luta anticolonial, Mugabe recorre a mecanismos para garantir o apoio da maior parte da população durante períodos eleitorais (MOYO, 2013). Um exemplo de ferramenta institucionalizada para esta prática foi a criação do Ato de Segurança da Ordem Pública (POSA), o qual reduziu a liberdade de ação dos grupos de oposição. Deste modo, diversas reuniões de grupos da sociedade civil passaram a ser caracterizadas como reuniões de cunho político, o que limitou seu escopo de ação nos outros setores da sociedade zimbabuana. Além disto, as campanhas eleitorais individuais para os partidos de oposição se tornaram mais reguladas.

Após a vitória de Mugabe em 2008, o cenário de crise se acentuou ainda mais no país, o qual apenas se amenizou com a assinatura de um memorando de entendimento, no mês de julho, e com o posterior *Power Sharing Agreement*, em setembro. Em suma, o acordo previa uma transição gradual do regime vigente, a qual seria implementada por meio de negociações entre os dois principais partidos. Logo, pode-se atribuir o conflituoso processo eleitoral como uma das principais causas de sua formulação. Assim, foram criados dois órgãos na instância executiva: o Gabinete, chefiado pelo Presidente Robert Mugabe; e o Conselho de Ministros, o qual não seria incumbido de autoridade executiva e seria presidido pelo Primeiro-Ministro Morgan Tsvangirai (MOYO, 2013). Todavia, embora o cargo de Primeiro-Ministro tenha sido ocupado pelo MDC, algumas instâncias centrais do governo continuaram sob influência direta do ZANU-PF, tais como as Forças Armadas e o Ministério da Agricultura. Além disso, a repressão ao partido de oposição passou a ser mais violenta, uma vez que as eleições de 2008 demonstraram um expressivo crescimento dos votos para o MDC (HAFNER-BURTON; HYDE; JABLONSKI, 2010).

Desta maneira, pode ser notada a atribuição de um caráter predominantemente simbólico ao Conselho de Ministros, uma vez que o poder continua centrado na figura de Mugabe. O acordo, neste caso, pode contribuir para que uma solução eficaz para os problemas estruturais do Zimbábue seja adiada, comprometendo a possibilidade de uma real transição para a democracia (MASUNUNGURE, 2009). Ademais, levando em consideração as expressivas diferenças ideológicas entre os dois partidos, os futuros acordos estabelecidos entre as partes tendem a ser menos efetivos.

### **3 Nova Constituição de 2013**

Em março de 2013, em uma continuação das negociações entre ZANU-PF e MDC iniciadas em 2008, foi realizado um referendo nacional para deliberar sobre a aprovação de uma nova constituição para o país. Dentre os pontos mais

relevantes do documento está a limitação da quantidade de mandatos de futuros presidentes, a qual deverá ser restrita a dois governos consecutivos de cinco anos cada. O documento foi aprovado por cerca de 95% dos votantes, podendo já ser aplicado nas eleições do mesmo ano (ZIMBABWE, 2013b).

Além da determinação da duração dos mandatos presidenciais, a nova constituição também prevê que legislações aprovadas pelo parlamento não possam ser vetadas pelo presidente. Também foram criadas diversas comissões governamentais, dentre as quais podem ser destacadas a comissão de paz e reconciliação, a comissão anticorrupção e a comissão de garantia da independência eleitoral. No entanto, como uma exigência do ZANU-PF, foi também estabelecido que o programa de reforma agrária realizado no fim dos anos 1990 e no início dos anos 2000 não poderá mais ser contestado legalmente.

É válido ressaltar que a cláusula de limitação dos mandatos presidenciais não possui caráter retroativo. Neste caso, Robert Mugabe, caso eleito, ainda poderia permanecer no poder por mais dez anos. As eleições gerais, realizadas em julho de 2013, tiveram como resultado a vitória de Mugabe sobre Tsvangirai, além da conquista de dois terços dos assentos do parlamento pelo ZANU-PF. Um aspecto a ser destacado é a necessidade do governo zimbabuano de ter recorrido à ajuda internacional para a realização das eleições, visto que os cofres públicos nacionais não eram capazes de suprir o financiamento. Além de pedir auxílio às Nações Unidas, o Presidente Robert Mugabe solicitou um empréstimo de US\$100 milhões tanto da Angola quanto da África do Sul (TAUNYANE, 2013).

De acordo com Tendi (2013), a derrota do MDC nas eleições de 2013 pode ser atribuída, além das ações do ZANU-PF, à falha do próprio partido em compreender a necessidade de reformas institucionais mais expressivas nos primeiros anos do *Power Sharing Agreement*. Ao invés de focarem-se em mudanças institucionais que poderiam auxiliar em uma mudança de governo nas eleições, o partido centrou suas ações em conseguir cargos para seus membros no próprio governo, como o Ministério da Agricultura e governos provinciais.

No entanto, é válido ressaltar o interesse do MDC em promover mudanças em relação às Forças Armadas do país, que, de acordo com os líderes do partido, teriam auxiliado a repressão à oposição nas eleições de 2008. Segundo Tsvangirai, os militares teriam auxiliado Mugabe a permanecer no poder, fazendo com que o país fosse controlado por uma junta militar (TENDI, 2013). Porém, apesar de tais acusações, não foram apresentadas provas de que os militares estariam no comando do país, sendo tal argumento utilizado apenas para justificar a necessidade de uma reforma no setor de segurança nacional.

A relação de proximidade entre o governo de Mugabe e os militares é vista pelo presidente como fruto de seu cargo de Chefe de Estado. Além disso, o próprio processo de conquista da independência em relação ao Reino Unido auxiliou na

construção de uma hierarquia de controle das Forças Armadas sobre a população civil. Contudo isto não representa uma atuação direta deste setor sobre as decisões governamentais. Assim, ao invés de se mostrar contrários às Forças Armadas, os membros do MDC poderiam obter mais sucesso ao se aproximarem dos militares por um viés ideológico.

Apesar de algumas mudanças substanciais na estrutura política do país, a nova constituição manteve as cláusulas referentes à criminalização da homossexualidade e à pena de morte. O posicionamento de Mugabe em relação aos homossexuais é semelhante ao da maioria da população, a qual, além de ser de maioria cristã, considera-os contrários às práticas tradicionalmente africanas (MOYO, 2013). Desta maneira, o presidente pôde materializar sua relação com os setores tradicionalistas por meio do texto constitucional, conseguindo o apoio da maioria dos cidadãos, dificultando, assim, a possibilidade de uma mudança de regime.

#### **4 Grace Mugabe e os desdobramentos de 2014**

Para que seja exposto o contexto que culminou nas demissões de membros do governo em dezembro de 2014, é necessário compreender o papel desempenhado pela primeira-dama zimbabuana, Grace Mugabe. Ao longo dos últimos anos, Grace tem se tornado uma figura amplamente conhecida no cenário nacional, principalmente devido a suas atividades de cunho filantrópico, podendo ser destacada a construção de um orfanato com financiamento chinês (GRACE, 2014). Além disso, a primeira-dama também foi nomeada líder da divisão feminina do ZANU-PF, em agosto de 2014, após a condução de uma expressiva campanha ao redor do país.

A mídia nacional também é utilizada como ambiente de pronunciamento da primeira-dama acerca de diferentes personalidades políticas do país. Em 2014, Grace realizou diversas acusações públicas à então Vice-Presidente Joice Mujuru, bem como a outros políticos a ela relacionados. Dentre as alegações estavam afirmações sobre a existência de planos para o assassinato de Mugabe como forma de se chegar ao poder no país. As repercussões de tal declaração se deram, principalmente, por meio da imprensa estatal. Ademais, Mujuru também foi acusada de extorsão e corrupção.

Como consequência, em dezembro de 2014, Robert Mugabe anunciou a demissão de Mujuru e de outros sete ministros sob a acusação de corrupção e conspiração contra o presidente. De acordo com Mugabe, a conduta da vice-presidente ao longo dos anos não havia se dado de acordo com o esperado (ZIMBABWE'S, 2014). É importante destacar que Mujuru era vista como um dos possíveis nomes a suceder Mugabe, tendo em vista a limitação dos mandatos presidenciais estabelecida em 2013.

Apesar da propaganda negativa por parte da mídia estatal e da primeira-dama, é possível afirmar que Joice Mujuru ainda possui o apoio de boa parte da população

zimbabuana. Isto se deve, em grande parte, ao fato da ex-vice-presidente ser uma das principais figuras do movimento de libertação dos anos 1970, em conjunto com Mugabe. Neste sentido, diversos ideais nacionalistas e pan-africanistas propostos pelo presidente também eram defendidos por Mujuru, os quais também foram utilizados como uma forma de diminuir a divisão existente entre o ZANU-PF e o governo em si (MOYO, 2013).

Com a vacância do cargo de Mujuru, Mugabe anunciou ainda em dezembro a posse de dois novos vice-presidentes. Um deles, Emmerson Mnangagwa, tornou-se o segundo na hierarquia de comando do país. Mnangagwa possui uma longa carreira política no ZANU-PF e, anteriormente, ocupou o cargo de Ministro da Justiça. Suas relações com o presidente remontam ao período de luta pela independência, quando o atual vice-presidente liderou um grupo de militares locais durante um treinamento na China.

O segundo vice-presidente, Phelekezela Mphoko, também é um veterano da guerra de libertação. No entanto, Mphoko não possui uma imagem política tão expressiva no país, tendo em vista que se dedicou vários anos à carreira diplomática no exterior. Um aspecto a ser ressaltado é que, além de vice-presidentes do Zimbábue, Mnangagwa e Mphoko também foram nomeados vice-presidentes do ZANU-PF.

## 5 Considerações finais

Estando no poder desde 1980, Robert Mugabe é um dos líderes africanos que está há mais tempo consecutivo no poder, estando atrás apenas do presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e do presidente guinéu-equatoriano, Teodoro Obiang Nguema Mbasogo. Para conservar a presidência ao longo de mais de três décadas de independência do Reino Unido, as quais foram marcadas por sucessivas crises, Mugabe se portou de algumas estratégias políticas e, em conjunto com seu partido, ZANU-PF, utilizou o aparelho estatal como ferramenta de manutenção do poder. Neste sentido, o aparelho estatal, intacto na época da independência, foi moldado de modo a garantir ao partido sua hegemonia nacional, desestabilizando a oposição e homogeneizando o Estado como um todo (MOYO, 2013).

Apesar de ser uma das economias mais frágeis da África Austral, com uma das taxas de inflação mais elevadas, o regime de 35 anos de Mugabe tem conseguido se manter em vigor, principalmente, devido à continuidade de sua popularidade interna. Por se tratar de um dos maiores símbolos de libertação do país dos laços colonialistas nas décadas de 1970 e 1980, Mugabe – e o próprio ZANU-PF – se beneficiam da ideia de que, não fosse por sua liderança, o Zimbábue não seria independente.

Em períodos onde há uma maior contestação da legitimidade do governo, como foram os casos dos eventos de 2007 e das eleições de 2008, Mugabe recorre a mecanismos característicos de regimes autoritários, tais como o uso da repressão

policial contra a oposição e manifestantes em geral. Moyo (2013) assevera que ações despóticas e ditatoriais são alternativas estratégicas das elites autoritárias que desejam evitar a transição para um regime mais democrático.

Ainda em relação ao aparelho estatal, as Forças Armadas desempenham um papel essencial no prolongamento do governo de Mugabe. Por conta das constantes crises econômicas no país após o início do século XXI, foi criado um espaço maior para que os militares pudessem atuar com maior autonomia tanto no setor político quando no setor econômico. Desta forma, com uma maior inclusão deste segmento no espaço civil, já era possível que fosse exercida uma influência direta sobre o governo, sem a necessidade de um golpe militar (MUZONDIDYA, 2009).

Ademais, Mugabe também disfruta de certa neutralidade por parte dos países africanos em relação a suas práticas governamentais, em especial de seus parceiros da SADC. Pelo fato de compartilharem a história de colonização por países europeus, há uma forte valorização do princípio de soberania estatal, o que implica na não interferência nos assuntos internos dos países da região. Deste modo, apesar de serem feitas recomendações pela organização, principalmente da África do Sul, o governo zimbabuano não é visto como ilegítimo pelos demais.

Contudo, embora haja uma aparente estabilidade e aceitação da legitimidade do governo do Mugabe, a limitação dos mandatos presidenciais trazida pela Constituição de 2013 traz um questionamento acerca da sucessão de Mugabe. A ex-vice-presidente Joice Mujuru era apontada como um dos nomes mais suscetíveis a sucederem o atual presidente, tendo em vista seu longo histórico de atuação no ZANU-PF e sua importante participação no movimento de libertação do país. Porém sua demissão em dezembro de 2014, a qual foi precedida por uma série de denúncias por parte da primeira-dama e da mídia estatal, torna pouco provável seu retorno ao cenário político nacional, o qual é dominado pelo ZANU-PF.

Neste contexto, a ascensão de Grace Mugabe como uma figura proeminente na política nacional pode sinalizar um possível direcionamento de um futuro governo pós-Robert Mugabe. Com o auxílio da mídia estatal, a primeira-dama é retratada com destaque em razão de suas atividades filantrópicas, o que acarreta em uma maior aceitação por parte da opinião pública. Além disto, o cargo de liderança na divisão feminina do ZANU-PF pode ser visto como um crescimento do apoio dentro do próprio partido, o que seria essencial em caso de uma disputa eleitoral futura. No continente africano, já houve casos de sucessão presidencial por membros da família, como a sucessão de Laurent-Desiré Kabila por Joseph Kabila na República Democrática do Congo.

Embora a demissão de Mujuru possa gerar certo descontentamento entre seus apoiadores, a prevalência da aceitação do ZANU-PF em detrimento dos demais partidos pode servir como fator aglutinador durante as eleições de 2018. A ascensão de um regime contrário ao ZANU-PF no Zimbábue se torna pouco provável, tanto

pelo suporte concedido por diversos setores da sociedade, em especial pelas Forças Armadas, quanto pela linha tênue que separa o governo atual do partido em si, o qual está presente no imaginário nacional como protagonista da guerra de libertação.

### **Zimbabwe in the 21st century: the use of the state machinery as a tool to power maintenance**

**ABSTRACT:** This article proposes to analyze the main characteristics of the Zimbabwean government in the 21st century as well as how the state machinery has been used to maintain its power. With the aid of his party, President Robert Mugabe has taken advantage of mechanisms from the state itself to extend the regime existing since 1980. The focus of this article is on the period between 2008, when the Power Sharing Agreement was signed, and 2014, when some high-level government employees were sacked. After the analysis based on historical facts and more recent news about the country's conjuncture, there is the conclusion that the regime survival is, mostly, linked to the close relation between the president and the party as well as to the social imaginary about the liberation war.

**KEYWORDS:** Zimbabwe, Regime, Robert Mugabe, State machinery.

## **Referências**

BRETT, Edwin. A. From Corporatism to Liberalisation in Zimbabwe: Economic Policy Regimes and Political Crisis (1980-1997). *Crisis States Research Centre (LSE)*. 2005. Disponível em: <<http://eprints.lse.ac.uk/28198/>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

CAWTHRA, Gavin. *The Role of SADC in Managing Political Crisis and Conflict: The Cases of Madagascar and Zimbabwe*. Maputo: Friedrich-Ebert-Stiftung. 2010. Disponível em: <<http://library.fes.de/pdf-files/bueros/mosambik/07874.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The World Factbook: Zimbabwe*. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/zi.html>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

DORMAN, Sara Rich. 'Make Sure They Count Nicely This Time': The Politics of Election Observing in Zimbabwe. *Commonwealth & Comparative Politics*, 43 (issue 2), p. 155-177, 4 aug. 2006. Edinburgh Research Archive. 2004. Disponível em: <<https://www.era.lib.ed.ac.uk/handle/1842/491>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

ELECTORAL INSTITUTE FOR SUSTAINABLE DEMOCRACY IN AFRICA. *Report on the 2002 Presidential Elections of Zimbabwe*. 2002. Disponível em: <<https://eisa.org.za/pdf/zim2002KhampepeReport.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

GRACE Mugabe profile: The rise of Zimbabwe's first lady. *BBC*, London, 4 Dec. 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-30307333>>. Acesso em: 9 dez. 2014.

HAFNER-BURTON, Emilie M.; HYDE, Susan D.; JABLONSKI, Ryan. Terrorizing Freedom: When Governments Use Repression to Manipulate Elections. In: ANNUAL CONVENTION OF THE INTERNATIONAL STUDIES ASSOCIATION, 2010, New Orleans. Disponível em: <<https://www.gwu.edu/~igis/assets/docs/Hyde%20Paper.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

HARDING, Andrew. Birth of a Mugabe dynasty in Zimbabwe? *BBC*, London, 24 Sept. 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-29382685>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Fast Track Land Reform in Zimbabwe*. New York, 8 Mar. 2002. Disponível em: <<https://www.hrw.org/report/2002/03/08/fast-track-land-reform-zimbabwe>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. *Zimbabwe: Three Months after the Elections*. Sept. 2000. Disponível em: <<http://www.crisisgroup.org/-/media/Files/africa/southern-africa/zimbabwe/B003%20Zimbabwe%20Three%20Months%20after%20the%20Elections.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

MASUNUNGURE, Eldred V. Zimbabwe's Power Sharing Agreement (workshop). In: THE CONSEQUENCES OF POLITICAL INCLUSION IN ÁFRICA, 2009, American University, Washington, D.C. Disponível em: <[https://www.american.edu/sis/africacouncil/upload/Paper-3-Political-Inclusion\\_Zimbabwe.pdf](https://www.american.edu/sis/africacouncil/upload/Paper-3-Political-Inclusion_Zimbabwe.pdf)>. Acesso em: 12 dez. 2014.

MINILLO, Xaman. Survival Strategies of the Mugabe Regime in the Post-Cold War World. *International Political Science Association*. 2013. Disponível em: <<http://paperroom.ipsa.org/papers/view/26325>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

MOFTAH, Lora. Who Is Emmerson Mnangagwa? Zimbabwe Swears in Mugabe's Heir as Vice President. *International Business Times*, New York, 12 Dec. 2014. Disponível em: <<http://www.ibtimes.com/who-emmerson-mnangagwa-zimbabwe-swears-mugabes-heir-vice-president-1751214>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

MOYO, Simbarashe. Regime survival strategies in Zimbabwe in the 21st century. *African Journal of Political Science and International Relations*, v. 7, n. 2, p. 67-78, maio 2013. Disponível em: <[http://www.academicjournals.org/article/article1381828156\\_Moyo.pdf](http://www.academicjournals.org/article/article1381828156_Moyo.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2014.

MUZONDIDYA, J. Our Guns are our Votes: The Political-Military Alliance in Zimbabwean Politics and Prospects for Democratic Transition. In: EUROPEAN CONFERENCE ON AFRICAN STUDIES, 3., 2009, Leipzig. Disponível em: <[http://www.uni-leipzig.de/~ecas2009/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=139&Itemid=24](http://www.uni-leipzig.de/~ecas2009/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=139&Itemid=24)>. Acesso em: 14 dez. 2014.

NHEMA, Alfred Gwarega. *Democracy in Zimbabwe: From Liberation to Liberalization*. Halifax: Dalhousie University, 1994. Disponível em: <<http://dalspace.library.dal.ca/xmlui/bitstream/handle/10222/55452/NN98911.PDF?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 1 mar. 2016.

PLOCH, Lauren. *CRS Report for Congress – Zimbabwe: 2008 Elections and Implications for U.S. Policy*. Washington, D. C.: Congressional Research Service, May 2008. Disponível em: <<http://fpc.state.gov/documents/organization/106142.pdf>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

SOUTHERN RHODESIA. *Lancaster House Agreement*, Sept.- Dec. 1979. London: Her Majesty's Stationery Office, 1979. Disponível em: <[http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/ZW\\_791221\\_LancasterHouseAgreement.pdf](http://peacemaker.un.org/sites/peacemaker.un.org/files/ZW_791221_LancasterHouseAgreement.pdf)>. Acesso em: 2 mar. 2016.

TAUNYANE, Omogolo. SA loans Zim R900-million for elections. *ENCA*, South Africa, 16 Apr. 2013. Disponível em: <<https://www.enca.com/africa/sa-loans-zim-r900-million-elections>>. Acesso em: 28 fev. 2016.

TENDI, Blessing-Miles. Why Robert Mugabe scored a landslide victory in Zimbabwean elections. *The Guardian*, London, 5 Aug. 2013. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2013/aug/05/robert-mugabe-zimbabwe-election-zanu-pf>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

WATTS, Carl Peter. *Rhodesia's Unilateral Declaration of Independence: An International History*. New York: Palgrave Macmillan, 2012. Disponível em: <[https://he.palgrave.com/resources/sample-chapters/9781403979070\\_sample.pdf](https://he.palgrave.com/resources/sample-chapters/9781403979070_sample.pdf)>. Acesso em: 1 mar. 2016.

ZIMBABWE: Mugabe and Tsvangirai in 'constitution deal'. *BBC*, London, 17 Jan. 2013a. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-21066037>>. Acesso em: 14 dez. 2014.

ZIMBABWE approves new constitution. *BBC*, London, 19 Mar. 2013b. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-21845444>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

ZIMBABWE'S Mugabe sacks Vice-President Joice Mujuru over 'plot'. *BBC*, London, 9 Dec. 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-africa-30400178>>. Acesso em: 9 dez. 2014.